

Arinos diz que nova Carta definirá o pacto nacional

— A réplica do pacto de Moncloa no Brasil será a nova Constituição, gerada pela Constituinte — disse o professor Afonso Arinos, presidente da comissão criada pelo Executivo para elaborar o anteprojeto da nova Carta.

Para Arinos, a maior lição dada pela Espanha, através do pacto de Moncloa, é de que a justa distribuição das oportunidades econômicas e sociais seja a única maneira de estabilizar as instituições democráticas. “Não há outra”, acrescentou o professor, dedicado agora, em tempo integral, ao trabalho da comissão constitucional.

Todas as formas de estabilização social com instrumentos da Justiça “são opressoras”, entende Afonso Arinos, que defende um ajustamento simultâneo dos problemas sociais, políticos e econômicos, como fez a Espanha, em circunstâncias muito mais difíceis que a do Brasil, em virtude de sua multiplicidade de povos, na tradição de sua Igreja e dos conflitos sangrentos, como a Guerra Civil.

Em Brasília, o vice-secretário do Partido Comunista espanhol, Nicolas Sartorius, sugeriu uma receita para a realização de pactos como os de Moncloa: instalar um organismo controlador e fiscalizador do acordo; estabelecer um calendário para cumprimento das medidas acordadas; informar os trabalhadores constantemente sobre as negociações — “o pacto não pode ser secreto” — e fixar as compensações dos trabalhadores como consequência dos sacrifícios financeiros assumidos, segundo Sartorius, providências indispensáveis no acordo.

O dirigente comunista disse que os pactos de Moncloa foram pactos fundamentalmente políticos, e não sociais, que caminharam para um pacto constitucional. A grande vitória dos acordos, que deram sustentação ao regime democrático na Espanha pós-franquista, foi a elaboração de uma Constituição moderna, avançada, “marco de liberdades, direitos e obrigações, e que serve tanto aos partidos de centro, como de direita e de esquerda”.